



PODER / Sem apoio suficiente para aprovar a proposta, senador Fernando Bezerra diz que pode fazer alterações no texto. De acordo com o parlamentar, a matéria será votada na CCJ no dia 24 e, em caso de aprovação, deve ir logo ao plenário

Relator admite mudar PEC dos Precatórios

» JORGE VASCONCELLOS

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Fernando Bezerra: "Vamos aprofundar a discussão dentro do governo em relação às sugestões que foram trazidas"

O líder do governo no Senado e relator da PEC dos Precatórios, Fernando Bezerra (MDB-PE), admitiu mudanças no texto, após avaliar que não há apoio suficiente para aprová-lo. Segundo cálculos da oposição, ao menos 35 dos 81 senadores pretendem votar contra a matéria — um cenário que inviabilizaria o alcance dos 49 votos necessários à sua aprovação.

A PEC dos Precatórios é a aposta do governo para bancar o Auxílio Brasil de R\$ 400. A proposta original do Executivo, que foi aprovada na Câmara, adia o pagamento de mais da metade dos R\$ 89 bilhões previstos para serem quitados no ano que vem em precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça — e fura o teto de gastos.

Fernando Bezerra tratou do assunto durante reunião, ontem, com três senadores que elaboraram propostas alternativas à PEC do governo: Alessandro Vieira (Cidadania-SE), José Aníbal (PSDB-SP) e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). Ao contrário do que propõe o texto original, todas elas preveem o cumprimento do teto de gastos. O grupo voltará a se reunir hoje, em busca de um acordo.

"Nós estamos iniciando uma discussão, iniciando um debate. Tomei a iniciativa de procurar os autores de propostas alternativas para conhecer e valorizar essas iniciativas. Posso assegurar que o tom do nosso encontro foi de muita colaboração e de disposição para construir entendimento", disse Bezerra, durante coletiva de imprensa.

O senador também confirmou para o próximo dia 24 a votação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o que foi acertado com o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). A ideia é que, em caso de aprovação, um acordo de líderes permita que a matéria seja logo encaminhada para votação no plenário do Senado.

Bezerra relatou que, durante a reunião com os senadores, ele próprio, em nome do governo, apresentou sugestões de mudanças no texto. "Nós ainda estamos fazendo o nosso dever de casa. Vamos aprofundar a discussão

dentro do governo em relação às sugestões que foram trazidas, como também deixamos algumas sugestões para a análise dos senhores senadores. Esperamos, até amanhã (hoje), poder avançar nessa questão", declarou.

De acordo com o líder governista, "é importante sublinhar que todos os senadores manifestaram o seu compromisso no apoio aos recursos adicionais para o Auxílio Brasil, no reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos brasileiros mais pobres e que não faltarão recursos para isso".

Segundo ele, "dúvidas ainda persistem em algumas áreas, sobre o espaço fiscal adequado, justo e necessário". "Mas fiquei encarregado de aprofundar essas informações, e vamos voltar a nos reunir amanhã (hoje) para que a gente possa, então, se

possível, chegar a um entendimento para definir a tramitação da PEC", acrescentou.

Rejeição

Em entrevista ao *Correio*, Oriovisto Guimarães disse que, do jeito que está, a proposta apresentada pelo governo não será aprovada no Senado. O parlamentar é autor de uma PEC alternativa, que



Claramente, o governo não tem votos suficientes para aprovar essa PEC sem fazer algumas modificações"

Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), senador

cria um Auxílio Brasil de R\$ 400 permanente, e não com vigência até dezembro de 2022, como propõe o governo. Ele detalhou que sua proposta descarta um "calote" nos precatórios e mantém o respeito ao teto de gastos.

"Eu demonstrei a ele (Fernando Bezerra) que é possível fazer esse auxílio e que não há a necessidade de quebrar o teto de gastos. Disse que nós podemos

fazer alguns cortes, reduções e que existem recursos suficientes para isso", relatou. "O senador Alessandro, igualmente, sugeriu algumas ideias que estão na proposta de PEC dele, igualmente fez o senador José Aníbal. Ai, nós ouvimos todos os argumentos do governo, e o clima é bom, de conversa", ressaltou Guimarães.

Ele se disse otimista em relação a um possível acordo em torno do texto no novo encontro, nesta quarta-feira, com Bezerra e os outros senadores envolvidos na discussão. "Claramente, o governo não tem votos suficientes para aprovar essa PEC sem fazer algumas modificações", frisou. Segundo o senador do Paraná, "sem quebra do teto de gastos, não havendo calote nos precatórios, a gente pode votar favoravelmente".

» Preocupação com verbas

Além dos senadores José Aníbal (PSDB-SP), Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE), participaram da reunião integrantes da equipe econômica, como o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, e o secretário de Orçamento Federal, Ariosto Culau. José Aníbal afirmou que o PSDB tem reservas ao texto como está hoje, mas mostrou abertura à negociação. "Queremos criar condições para pagar auxílio de R\$ 400 por mês", destacou. Uma das preocupações dos senadores é o espaço fiscal de R\$ 91,6 bilhões que será aberto com a PEC. Há um desejo dos parlamentares de restringi-lo para evitar que o dinheiro seja usado para outros fins que não a ampliação do Auxílio Brasil.

Emendas

Ainda conforme Guimarães, foi discutida na reunião, também, a possibilidade de extinção das chamadas emendas do relator, que estão sendo operadas como um orçamento secreto e cuja execução foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

"A nossa intenção é extinguir essas emendas, acabar com isso. Elas já foram proibidas pelo Supremo mesmo, e, embora não tenha ainda o julgamento de mérito, estão suspensas pela Corte. Nossa intenção é acabar com toda e qualquer emenda, seja de relator, seja de comissão, e destinar apenas as emendas individuais e as de bancadas", finalizou.

Leia mais sobre Auxílio Brasil na página 7



ALEXANDRE GARCIA

VAMOS PONDERAR SE A RESPONSABILIDADE PELAS MAZELAS DESTES PAÍSES NÃO É DO SISTEMA DE GOVERNO, MAS DOS QUE OPERAM AS INSTITUIÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO

República ou monarquia?

O plebiscito de 1993, previsto cinco anos antes pela Constituição, mostrou que 86,6% dos eleitores preferiam o sistema republicano e 13,4%, a monarquia. Ontem, quando o presidente em exercício Hamilton Mourão postou nas redes um texto comemorativo à Proclamação da República, a reação não veio na mesma proporção do resultado do plebiscito. Talvez, metade das manifestações, ou perto disso, culpa a República pelos nossos males e defende que a monarquia teria evitado muitas de nossas mazelas. No plebiscito

de 1993, todos os eleitores só haviam vivido numa república e nenhum em regime de monarquia parlamentar; e não havia redes sociais para debater sistemas de governo.

Antes que se alegue que a proclamação da República foi um golpe militar tramado por uma elite intelectual e apoiado por escravistas furiosos com a abolição; antes que se lembre que Deodoro era amigo e admirador do imperador e o derubou depois que Benjamin Constant o fez sair do leito de enfermo com a fofoca que Pedro II chamara Gas-

par Silveira Martins para ser chefe do governo — logo ele, Gaspar, de quem Deodoro tinha ciúmes por causa de Maria Adelaide, a "baronesa" do Triunfo; antes que se argumente que a família real amava mais o Brasil que os políticos da República — vamos ponderar se a responsabilidade pelas mazelas deste país não é do sistema de governo, mas dos que operam as instituições do Estado brasileiro.

Quem quer que leia as biografias dos grandes do império — políticos do parlamento e ministérios e das províncias,

empresários, senhores de terras, generais, juristas —, vai encontrar muita semelhança com deputados, senadores, ministros, governadores, juizes, empresários, que vieram depois de 1889. Antes e depois, tivemos leis a serviço de interesses individuais e de grupos, ações de governantes, legisladores e juizes em defesa, não do bem comum, mas de setores mais próximos do poder. O império, a República Velha e a Nova República conservaram os maus hábitos, sempre em defesa dos interesses dos que se apropriam do Estado que, por sua

vez, defende a sua burocracia administrativa e jurídica, como se fossem mais do que guardiões — verdadeiros donos do governo.

Assim, temos uma cultura que persiste, seja qual for a forma de governo. Essa cultura escreveu, no único parágrafo do primeiro artigo da Constituição, que todo poder emana do povo, que o exercerá diretamente ou por seus representantes eleitos. Essa mesma cultura escreveu na Constituição que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Que não haverá censu-

ra, que é livre a manifestação do pensamento, que é livre a locomoção no território nacional, que a casa é o asilo inviolável, que deputados e senadores são invioláveis por quaisquer opiniões, que o Ministério Público é essencial à Justiça. A cultura que escreveu isso é a mesma que mudou de monarquia para República, para o bem país — e se manter. São amarras centenárias enraizadas, que resistem e reagem quando sentem a ameaça de mudança real. No Brasil de hoje, cumprir a Constituição já será uma boa mudança.

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)